

## **ABERTURA DA REUNIÃO**

Aos catorze dias do mês de Junho do ano de dois mil e dez, na Vila de Nisa e Salão Nobre dos Paços do Concelho, compareceram a Presidente da Câmara Municipal, Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto e os Vereadores, Maria Idalina Alves Trindade, Fernanda Maria Bizarro Policarpo, Manuel António Rosmaninho Bichardo e Francisco Batista de Sena Cardoso, a fim de se proceder à realização de uma Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Nisa.

A presente Reunião Extraordinária, foi convocada pelo Vice - Presidente da Câmara Municipal de Nisa, ao abrigo e para cumprimento do disposto nos nºs 1 e 2 do artº 63º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe é dada pela Lei nº 5-A/2020, de 11 de Janeiro, conforme Edital Nº 36/2010, datado do dia 8 de Junho de 2010, o qual foi remetido a todos os Eleitos deste Executivo através do Ofício Nº 1932 – Procº 11.5, da mesma data.

E, como se encontravam em número legal para se poderem constituir em Reunião, foi a mesma declarada aberta pela Presidente da Câmara Municipal de Nisa e da referida reunião, Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto, quando eram dez horas, para cumprimento do que dispõe a alínea p) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Compareceram, ainda, a esta Reunião, os trabalhadores municipais a seguir indicados, a fim de prestar os esclarecimentos que viessem a tornar-se necessários, relativamente aos assuntos agendados na Ordem de Trabalhos e que digam directamente respeito ao serviço a que cada um está afecto:

- Drª Graça Sales, Dª Graça Moura Gonçalves (de Secção de Contabilidade) e Sr. Domingos Gonçalves (da Secção de Receitas), todas da Divisão Financeira.

### **Ponto Nº 1 – DF – Deliberação Nº 194/2010**

#### **Elaboração de Documento Compromisso – Plano de Contenção e de Resolução.**

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, conforme solicitação apresentada pelos presentes, a Presidente da Câmara perguntou se todos os presentes têm a documentação que lhes foi distribuída.

O Vereador Francisco Cardoso disse que não lhe chegou a documentação a que a Senhora Presidente se tinha referido.

O Vereador Manuel Bichardo respondeu ao Vereador Francisco Cardoso, referindo que achava estranho porque é que ele não tem a documentação, uma vez que todos os presentes a têm, sendo que, chegou-se à conclusão que, por falta de comunicação, a funcionária não conseguiu encontrar o Vereador Cardoso.

A Vereadora Idalina Trindade declarou que estava presente nesta reunião de trabalho que todos os Vereadores tinham acordado em realizar com a presença da Senhora Presidente da Câmara uma vez que a mesma se encontrava de férias no dia da realização da reunião extraordinária em que os Vereadores analisaram uma proposta de alteração orçamental muito vasta promovida pela Presidente da Câmara para cabimentar várias despesas realizadas muitas delas tituladas apenas por facturas sem qualquer procedimento de aquisição e muitas outras que tinham por fundamento despachos da Presidente da Câmara que as autorizou bem sabendo que as respectivas rubricas orçamentais estavam descoberto. Porque a Presidente da Câmara estava ausente nessa reunião e por ser à mesma que competia justificar e responder por essas situações nomeadamente por facturas que transitaram do seu gabinete para o sector de Contabilidade em data posterior à da preparação do orçamento Municipal e as quais era impossível os funcionários terem em consideração por não se encontrarem na sua posse apesar de terem datas de emissão anterior. Disse que os Vereadores em unanimidade apenas votaram as alterações

absolutamente urgentes como sejam a necessidade de pagar aos POC's, a adjudicação da Prestação de Serviços ao ROC que é obrigatória por Câmara ter participação na Empresa Municipal e a Segurança Social. Disse que está presente no Salão Nobre por ter entendido esta reunião como uma reunião de Trabalho com os dirigentes municipais no sentido de aferirem em conjunto sobre a necessidade de adopção de medidas de contenção relativamente a despesa que em concertação pudessem aferir e por em prática um plano de Salvação das Finanças Municipais que se encontram na sua opinião esmagadas pelas despesas correntes. Declarou que prescinde do pagamento da senha de presença pois veio aqui na perspectiva de se tratar de uma Reunião de trabalho e não de uma reunião formal pois essas segundo o Regimento Municipal recentemente alterado realizam-se na Biblioteca Municipal. Da leitura que fez aos documentos demonstrativos da dívida de curto prazo, mapa de empréstimos, estudo das GOP e plano de pagamentos mensais, com inclusão da receita e da despesa obrigatórias, até final do ano, concluiu que a situação é muito grave, existem facturas dos anos de 2002 (Associação de Municípios) e de 2007 (Casa do Alentejo) por pagar, dívidas à "Águas do Norte Alentejano" e à "Valnor" (entidades a quem a Câmara não paga desde Novembro de 2009), à "Petróleos de Portugal", por consumo de gás nas Termas que, desde Dezembro de 2009 não paga e a dívida já vai até Maio em cerca de 70.000,00€ de gás, quando o contrato de gestão celebrado com a "Ternisa" já está deliberado desde Fevereiro de 2010, com o dever da empresa municipal assumir o pagamento das despesas, bem como as da luz, que continua a câmara a suportar, porque a Sr<sup>a</sup> Presidente não assinou ainda o dito contrato de gestão, que também fixa a renda a pagar ao Município, pela exploração do Complexo Termal da Fadagosa de Nisa.

A Vereadora Fernanda Policarpo, considerando as constantes alterações ao orçamento, bem como o facto de pela segunda vez ter estado em causa alterações para pagar salários aos POC, situação que demonstra a falta de controlo sobre rubricas que claramente deveriam ter sido salvaguardadas, declarou:

- 1 - A presente sessão reconhece, implicitamente, a difícil situação financeira da Câmara para que tenho vindo a alertar, nomeadamente desde a apresentação das contas de 2009, e que dos responsáveis pela sua gestão e seus defensores tem merecido as críticas mais absurdas e infundadas;
- 2 - Já não é somente a oposição a reclamar medidas drásticas e eficazes de gestão mas também os próprios Serviços da Câmara a solicitarem urgência de soluções não só pela perspectiva de retenção de fundos do Estado mas também porque são eles que "dão a cara" a dezenas de fornecedores que reclamam os seus créditos;
- 3 - Para esta sessão reclama-se a elaboração de Documento de Compromisso consubstanciado num Plano de Contenção e de Resolução. Desde já, poderemos concluir que os actuais responsáveis pela Gestão manifestam incapacidade total de gerir a Câmara, porque, afinal de contas, foram eles os autores dos Documentos Previsionais para o ano em curso. A oposição, apesar de mais realista e rigorosa quanto à situação actual e desconhecadora do valor real da dívida da Câmara, por não contabilizada, apenas reduziu em cerca de um milhão de euros o Orçamento;
- 4 - De facto, a Presidência da Câmara não propõe quaisquer medidas em concreto. Pretende, isso sim, lançar o ónus de medidas impopulares sobre a oposição. Que seja esta a ditar as acções que visem dar cobertura à gestão danosa a que se tem assistido;
- 5 - Nessa perspectiva, não houve reбуço de inundar a oposição com informação que não vem mais do que confirmar a situação económico-financeira da Câmara, à beira da rotura e sem capacidade de recorrer a novos financiamentos;
- 6 - Não! Não vou assumir quaisquer compromissos sem uma análise cuidada e responsável das várias rubricas ou variáveis económicas e suas consequências futuras;

7 - A urgência de medidas impunha que, desde já, os responsáveis pela Gestão da Câmara, na pessoa da sua Presidente, apresentassem proposta concreta do Plano pretendido e apresentá-lo a discussão e deliberação dos Vereadores, não dispensando a sua posterior discussão a nível da Assembleia Municipal;

8 - Não podemos continuar a gerir como no passado, através de sucessivas alterações ao Orçamento Municipal e reflexamente aos restantes documentos previsionais, considerando medidas avulso, reforçando e deduzindo verbas ao sabor dos acontecimentos, por vezes nas mesmas classes económicas;

9 - Tem de haver mais rigor e disciplina Orçamental como tenho vindo a invocar e que, aliás, predispõe a legislação em vigor;

10 - Naturalmente que estou receptiva a encarar positivamente a adopção dum Plano de Contenção. Mas deverá ser a Presidência, com a responsabilidade que lhe advém do cargo, a elaborá-lo e a submeter a consequente proposta a discussão e deliberação de todo o Executivo;

11 - Porém, devo desde já salientar que essa Proposta deverá ser acompanhada de Relatório pormenorizado sobre as razões da sua elaboração, exigindo-se que, entre outros aspectos, detalhe os valores envolvidos em cada medida para se aferir da sua eficácia.

A Presidente da Câmara, referiu que deu indicações aos serviços para entregar a documentação aos Senhores Vereadores, para que dela tenham conhecimento, dizendo que a receita tem capacidade de suportar os empréstimos e concorda com o que Senhora Vereadora Idalina diz. Diz que a dívida à Aguas do Norte Alentejano e à Valnor, também a preocupa, informando que já falou com as respectivas administrações para elaboração de um plano de pagamentos e a possibilidade de negociar com entidades bancárias, de forma a baixar os juros. A receita certa das em fundos comunitários das candidaturas aprovadas dos Projectos Construção das Novas Oficinas Municipais em Nisa - Contrato-Programa de Cooperação Técnico Financeira - DGAL, tem um valor de 2.300.000,00€, estando incluídas as candidaturas, já aprovadas e pagas, no valor de 115.674,44€, Projecto da Construção do Heliporto - PREVINHO/INTERREG IIIA, no valor de 90.000,00€. Quanto às Juntas de Freguesia e já que se está em contenção, pensa que seria de rever o Protocolo de Delegações da Competências da Câmara nas Juntas de Freguesia do Concelho de Nisa. Em termos de contenção já deu indicações para alteração de algumas Rubricas, reduzir nos Serviços, pagar nos meses de Setembro e Outubro as Juntas de Freguesia de Montalvão e do Espírito Santo as tranches em dívida.

A Vereadora Idalina Trindade disse que concordava com as transferências das tranches em dívida para as Juntas de Freguesia que estão pendentes mas o documento permite que continue com as dúvidas.

A Vereadora Fernanda Policarpo, referiu que aprovou a 6ª Alteração ao Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa do Ano 2010, sem a documentação de suporte, dizendo que lhe desagradam as constantes alterações pelo mesmo motivo, porque novamente estavam em causa os pagamentos aos POC. Deu como exemplo, a 4ª alteração orçamental, que a levou a abster-se e leu a Informação/Proposta Nº 24/10, datada de 5 de Maio de 2010: "Propõe-se a 4ª alteração orçamental de 2010 no montante de 13.190 euros. A presente alteração contempla apenas facturas e compromissos do ano anterior que não transitaram para o ano de 2010 por falta de cabimento e não foram contempladas na revisão por ser de despesa de capital e contempla os salários dos POC e Contratos inserção. É urgente a sua entrada em vigor para se encerrar o ano 2009, uma vez que tem que se enviar os dados contabilísticos daquele ano até dia 6 para a D.G.O. sob pena de haver retenção de fundos municipais."

A Presidente da Câmara referiu que não está a fazer revisão orçamental e que a alteração deveu-se a um erro e foi alterado, para se poder pagar a Caixa Geral de Aposentações e não a Segurança Social e desconhece a falta de dinheiro, porque teve o cuidado de ver rubrica por rubrica e que nada vai para os serviços sem Despacho, existe rubricas que a Câmara deliberou como por exemplo apoio às associações que na altura não tinha cabimento e propostas de aquisição, faz sempre triagem e dar andamento a situações urgentes.

A Vereadora Fernanda Policarpo declarou que a Senhora Presidente não deveria efectuar a transferência dos 60.000 euros para a Ternisa, porque não a considera urgente e não estava orçamentada, pensando que este sim, era o momento de exigir que os accionistas privados liquidassem os prejuízos anteriores, bem como o aumento de capital, ainda em dívida, pensando que há que ter os pés assentes na terra e o caso de gestão daquela empresa municipal já deveria estar resolvido.

A Vereadora Idalina Trindade, referiu que existem facturas sem processo de aquisição, tal como consta dos documentos emitidos pela contabilidade, como por exemplo a do gás das Termas, ADN, Qualifica e outras.

A Presidente da Câmara respondeu que as facturas tiveram proposta de aquisição e que segue sempre o procedimento normal.

A Vereadora Idalina Trindade referiu que está preocupada com os salários dos trabalhadores do Município e que o pagamento dos salários dos POC foi graças aos Vereadores da oposição.

O Vereador Francisco Cardoso, mais uma vez, referiu-se à falta dos documentos e que na passada Quarta-Feira, juntamente com as Senhoras Vereadoras Fernanda Policarpo e Idalina Trindade, esteve no Auditório da Biblioteca Municipal de Nisa e que lhe podiam ter sido entregues os documentos, dizendo que têm que existir regras neste sentido do envio da documentação aos Vereadores.

A Vereadora Idalina Trindade solicitou que a funcionária da Contabilidade, D<sup>a</sup> Graça Moura Gonçalves, lhe explique sobre os documentos que dizem respeito as entidades como exemplo, Associação Alto Tejo, que estudos são, no que diz respeito a ADSE, Aguas do Norte Alentejano, se existe acordo e em que molde são feitos os acordos com as Aguas do Norte Alentejano, facturas da ADN, ANMP.

A Presidente da Câmara, respondeu que a factura da Associação Alto Tejo diz respeito ao estudo das Portas de Ródão. Com ADSE o Município de Nisa tem tudo em dia. Já com as Aguas do Norte Alentejano, está em pé o acordo um plano de pagamento. Quanto à da ADN, a mesma refere-se a publicidade e a da ANMP são as quotas do município que ainda se mantém associada.

O Vereador Francisco Cardoso disse que estava a espera que esta reunião fosse para discutir rubrica por rubrica, ver o que é obrigatório pagar, para depois se poder propor alguma redução da despesa, como por exemplo, nos combustíveis, comunicações, consumíveis, publicidade, etc. etc., dizendo que havia tirado um dia de férias para estar aqui presente, de modo a contribuir para uma solução sustentada deste grave problema do orçamento municipal, mas aquilo que está em cima da mesa, não passa dum conjunto de intenções não quantificadas, nem fundamentadas e que mais parecem uma tentativa para responsabilizar os vereadores da oposição pela tomada de algumas medidas que, não sendo bem explicadas, provocarão alguma insatisfação junto dos trabalhadores.

A Presidente da Câmara, apresentou proposta para se afectar todo o pessoal às Juntas de Freguesia onde vivem (mobilidade interna), suspender protocolos com as juntas em matéria de pessoal, excepção para o atendimento, casos de Alpalhão e Tolosa e onde não vivem trabalhadores da Câmara Municipal de Nisa, negociação da dívida com a ANA e

a VALNOR, reduzir a verba do projecto do Centro de Saúde, desdobramento dos encargos das obras, suspender o pagamento de horas extraordinárias, suspender ajudas de custo, atrasar as novas admissões de pessoal até final do ano, excepção para os sapadores, mobilidade inter-serviços, cancelar as cedências de transportes, a não ser os organizados entre a Câmara e as IPSS para apoio à 3ª Idade (1 por instituição), reduzir tal como está previsto os 5% no vencimento dos eleitos e a todos os indexados ao vencimento do Presidente da Câmara (inclui senhas de presença), considerando o aumento de ajudas de custo com a Assembleia Municipal e os encargos com os eleitos, sugerir domicílio necessário em Nisa, reduzir o numero de reuniões de Câmara considerando o numero de encargos para o Município e não podendo ultrapassar as 17.30h, pois tem encargos com horas, suspender todos os subsídios em capital para as Juntas de Freguesia até ao final do ano. Desdobrar os encargos com subsídios para as instituições, considerar prioritárias as obras do Terminal Rodoviário até final do ano, ampliação da ZAE, adjudicação entre Outubro e Setembro, concursos a abrir, mas considerar a afectação de verbas em 2011, Centro Polivalente de Tolosa: candidatura com 80% de comparticipação, adjudicação entre Outubro e Dezembro; Candidaturas ao INTERREG - Tejo Internacional. Uma vez que a empresa “Exploconstrói” ocupa lotes na ZAE, que em contrapartida, execute as terraplanagens na ZAE.

A Vereadora Idalina Trindade referiu as senhas de presença dos eleitos da Assembleia Municipal e Vereadores, são direitos que lhes assistem. Do que o Município não se pode dar ao luxo, porque não tem dinheiro, é de publicar um boletim municipal, de cuja edição já deve quase 13.000,00€ à “Impritejo”, devendo-se substituí-lo pela distribuição a preto e branco das fotocópias das actas das reuniões, nos mesmos locais onde se disponibiliza esse boletim (com fotocópias a cores da Presidente da Câmara), que o dever de informar fica cumprido. Outras fontes de sorvedouro de dinheiro são os jornais e as rádios para publicidade e que não se traduzem em desenvolvimento para o concelho, sendo que é aqui que há que parar imediatamente a despesa. Projectos não essenciais que têm sido decididos pela Presidente da Câmara, como a intervenção no Largo das Finanças de Nisa, sem discutir com os eleitos, é que têm de deixar de existir. A Câmara é que deve deliberar o que é prioritário, tendo em conta a sua maior ou menor capacidade de investir. Nestes últimos anos, a gestão municipal foi má. A situação grave de endividamento da empresa municipal tem de ser encarada como um grave problema a resolver e não é através de uma alteração orçamental, com uma transferência de 350.000,00€ para pagar parte dessa dívida, que a situação se resolve. É a atitude da Presidente da Câmara que tem de mudar, que cedeu de “mão beijada” terrenos na Zona Industrial, como agora declarou, enquanto outros concorrem e pagam. A Câmara tem, também, de cobrar as dívidas a quem deve ao Município. Referiu que gostaria de trabalhar com dados mais objectivos, junto dos dirigentes de cada serviço, para poder ouvi-los sobre estas matérias, pois a gestão do pessoal é competência da Presidente da Câmara e a contenção, ao nível das ajudas de custo dos motoristas, é seu dever fazê-lo, se assim o entender conveniente, enquanto coordenadora de toda a actividade municipal.

O Vereador Manuel Bichardo referiu que as taxas do Município são para serem pagas e que esta reunião de hoje foi convocada para se encontrarem soluções para pontos de contenção.

O Vereador Francisco Cardoso, referiu que se pode, sem afectar o normal funcionamento dos serviços, cortar nos transportes, nas comunicações e na publicidade.

O Vereador Manuel Bichardo referiu que, relativamente aos transportes, desde que deixe de haver isenção de pagamento das taxas devidas, também poderá haver lugar ao pagamento das horas extras aos motoristas.

A Vereador Idalina Trindade solicitou a presença dos Dirigentes nesta reunião depois da pausa de almoço, uma vez que o Vereador Manuel Bichardo se comprometeu convocá-los para a reunião.

A Vereadora Fernanda Policarpo, referiu que a Senhora Presidente deve ser a responsável, pelo plano de contenção. Quanto à tomada de posição nas rubricas de despesa, por exemplo, no que diz respeito às ajudas de custo, deverá ser analisado o impacto financeiro de alternativa proposta da senhora Presidente, bem como a valorização de cada acção para a gestão global, nomeadamente em relação a questões como a motivação dos funcionários, custos com a “Ternisa” e apoios à ADN, que deveriam estar aqui equacionados. A definição de acções sem o envolvimento dos dirigentes, leva-a a recusar a aceitação do plano, pensando que deverá existir o contributo dos responsáveis de cada serviço do Município, pelo que não se identifica com esta forma de actuação.

A Presidente da Câmara, referiu que já agendou para próxima Reunião o ponto sobre a constituição do Conselho de Administração da Empresa Municipal “Ternisa”, e que existe outras prioridades, por exemplo, gestão dos Serviços, despesa corrente, horas extraordinárias, não prejudicar os trabalhadores, consertar em conjunto o funcionamento dos equipamentos, cine teatro, funcionamento da tesouraria, rentabilizar os recursos que o município tem, como noutras áreas, combustíveis e manutenção de viaturas, já deu indicações, e que já se verifica a circulação de menos viaturas.

A Vereadora Idalina Trindade, mais uma vez referiu que tirou hoje o dia para vir para aqui trabalhar com os dirigentes do Município.

O Vereador Manuel Bichardo, referiu que os dirigentes não estão aqui presentes nesta reunião mas estão em sobreaviso para serem chamados a qualquer momento, porque não faria sentido estarem aqui toda a sessão.

Nestes termos e tendo em conta as intervenções anteriormente transcritas dos Vereadores e Presidente da Câmara, o Executivo reunido aprova por unanimidade para que a Divisão Financeira elabore documento de Compromisso, Plano de Contenção e de resolução e enviar ao Executivo para Deliberação em posterior Reunião de Câmara.

### **Ponto Nº 3 – SAA – Deliberação Nº 195/2010**

#### **Aprovação, em Minuta, das Deliberações que antecedem.**

Aprovar, por unanimidade, em Minuta e para efeitos imediatos, a Deliberação que antecedem, nos termos e para cumprimento do que dispõe os nºs 3 e 4 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, sendo que as mesmas poderão, deste modo, adquirir a eficácia prevista no nº 4 do já antes citado Artº 92º.

## ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.

A presente Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Nisa foi encerrada pelo seu Presidente, conforme o previsto na alínea p) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, quando eram catorze horas e quinze minutos.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta, constituída por sete folhas, todas devidamente numeradas e rubricadas, a qual vai ser assinada nos termos do disposto no nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pela Presidente da Câmara e desta mesma Reunião, Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto e por mim, Carlos Alberto da Costa Soares, Assistente Técnico do Mapa de Pessoal por Tempo Indeterminado da Câmara Municipal de Nisa, da Secção de Administração e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.



### MUNICÍPIO DE NISA – CÂMARA MUNICIPAL

Acta presente em Reunião .....,  
realizada no dia ...../...../..... e aprovada por  
....., conforme Deliberação Nº ...../.....  
- Favor: ..... votos | - Contra: ..... votos | - Abstenção: ..... votos